

TÍTULO DO TRABALHO			
OS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO NO BRASIL NOS ANOS 2000			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Nathalia Cristina Oliveira	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutoranda em Ciência política
RESUMO			
<p>Neste artigo apresentamos alguns dos resultados de minha pesquisa de doutorado. Propomos aqui uma análise abrangente, em nível nacional, sobre os movimentos dos sem-teto no Brasil e não, como é mais comum entre os diversos trabalhos acadêmicos, um estudo de caso de um movimento específico. Objetivamos fornecer ao leitor algumas indicações a respeito das bases sociais, reivindicações e métodos de luta dos movimentos dos sem-teto (em especial a opção pela ação direta, a saber, as ocupações). Além disso, destacamos a existência de uma diversidade nas orientações político-ideológicas destes movimentos e nos seus posicionamentos diante do contexto de disputa entre um projeto político neoliberal ortodoxo e um neodesenvolvimentista, como aconteceu nos anos 2000 na cena política brasileira.</p>			
PALAVRAS-CHAVE			
sem-teto; ocupações; movimentos sociais			
ABSTRACT			
<p>In this article we present some results of my PhD research. We propose an analysis about the homeless movements in Brazil at national level, not a case study of a specific movement (as is more common among several academic papers). We aim to provide the reader some indication about the social bases, demands and fighting methods (especially the option for direct action, namely occupations) of the Brazilians homeless movements. In addition, we highlight the existence of diversity in political-ideological orientations of these movements and their positions on the dispute between an orthodox neoliberal political project and a new developmentalism project, as happened in the 2000s in the Brazilian political scene.</p>			
KEYWORDS			
homeless; occupations; social movements			
EIXO TEMÁTICO: Poder, Estado e luta de classes			
Mesa coordenada: "Movimentos populares e sindicais no Brasil dos anos 2000"			

OS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO NO BRASIL NOS ANOS 2000

Nathalia Cristina Oliveira¹

Introdução

As lutas sociais urbanas no Brasil são antigas, existindo desde o início da urbanização do país. Mas, foram nos anos 1980, que os movimentos de moradia passaram a assumir um importante papel nas lutas sociais brasileiras. É neste momento que, devido em grande medida à crise econômica então vigente e o aumento dos valores dos alugueis, diversos movimentos intensificaram suas lutas e organizações. Muitos destes movimentos permanecem ativos até hoje. Dentre estes, podemos citar algumas grandes confederações que reúnem ao seu redor associações de diversos estados brasileiros, tais como: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, com a implantação de políticas neoliberais e seus impactos negativos para as classes trabalhadoras (como o aumento do desemprego, baixo investimento nas políticas sociais habitacionais e a ampliação do déficit habitacional entre as famílias de baixa renda), a luta por moradia passa a alcançar novos contornos. Neste contexto, ganharam notoriedade os ditos “movimentos dos sem-teto”, os quais organizam ocupações de terrenos urbanos e prédios vazios, de maneira articulada e amplamente coordenada, dando grande visibilidade ao problema habitacional e atrelando sua reivindicação principal ao direito à moradia digna.

Exemplos destes movimentos são o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) - atuante inicialmente no estado de São Paulo, depois, na cidade do Rio de Janeiro e que hoje vem consolidando uma organização em nível nacional; o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), ambos filiados à Frente de Luta por Moradia (FLM); o Movimento Sem-Teto de Salvador (MSTS) e o Movimento Sem-Teto da Bahia (MSTB), entre outros.

Estes movimentos são compostos por famílias de trabalhadores que passam constantemente pelo dilema entre pagar aluguel ou se alimentar². A conquista de uma moradia se faz, portanto, para estas famílias, como algo urgente. É esta caracterização que nos permite entender os movimentos dos sem-teto como “movimentos de urgência”. Para tanto, partimos das ideias de Mouriaux (2002)

¹ Doutoranda em Ciência Política na Unicamp e pesquisadora do grupo Neoliberalismo e Relações de Classes, alocado ao Centro de Estudos Marxistas (Cemarx).

² Uma das palavras de ordem mais conhecidas entre os sem-teto no Brasil é: “Se comer, não paga aluguel. Se pagar aluguel, não come”.

sobre as “lutas de urgência”, as quais são definidas a partir do caráter de suas reivindicações, ou seja, são lutas por condições básicas e urgentes que garantam minimamente a existência física, tais como comida e moradia.

Ao longo dos anos 2000, a disputa entre um projeto político neoliberal ortodoxo e um neodesenvolvimentista impactou as políticas econômicas e sociais e, conseqüentemente, as ações dos movimentos dos sem-teto.

Entender, portanto, a mobilização dos diversos movimentos dos sem-teto nos anos 2000 e refletir sobre suas bases sociais, seu método de luta mais característico (as ocupações) e suas orientações políticas são nossos objetivos neste texto.

Nossa proposta é realizar uma análise ampla que se debruce sobre os movimentos dos sem-teto no Brasil, no nível nacional, focando alguns aspectos que consideramos de grande relevância para a compreensão destes movimentos. Assim, buscamos aqui uma análise mais geral e não, como é mais comum entre os diversos trabalhos acadêmicos, um estudo de caso de um movimento específico.

Sabemos que uma análise deste tipo possui dificuldades em apreender muitas das especificidades dos movimentos existentes. No entanto, temos a intenção de evidenciar, sempre que possível, as semelhanças e diferenças entre os movimentos dos sem-teto no Brasil.

Esclarecemos ainda que a reflexão aqui apresentada traz alguns resultados de minha pesquisa de doutorado. O banco de dados principal da pesquisa é constituído por cerca de 80 dissertações e teses sobre os movimentos dos sem-teto de diferentes cidades brasileiras. A análise do nosso banco foi complementada ainda com o levantamento de fontes primárias (documentos oficiais) de alguns dos principais movimentos dos sem-teto e material da grande imprensa.

I. Famílias de trabalhadores sem-teto: reflexão sobre as bases sociais dos movimentos dos sem-teto no Brasil

Historicamente, a luta por moradia é uma luta familiar. Assim, nos movimentos dos sem-teto analisados não encontramos apenas os trabalhadores em suas bases, como acontece no sindicalismo, por exemplo, mas sim famílias inteiras de trabalhadores. Entendemos que este fato traz implicações na organização, ação e reivindicações dos movimentos dos sem-teto.

Neste item, apresentaremos algumas reflexões sobre a importância dos conceitos de classes sociais e de famílias para a análise da base social dos movimentos dos sem-teto.

Partindo de uma abordagem marxista para se estudar os movimentos sociais (Castells (1975), Kowarick (1975), Gohn (1991, 2000), Pinheiro (2006, 2007), Galvão (2011)), entendemos que o estudo da base social de um movimento é essencial para compreendê-lo. E mais, há a

possibilidade de, ao se desvendar a situação de classe dos membros dos movimentos, entender a própria existência destes movimentos. Assim, a partir da identificação do caráter de classe do movimento podem aparecer pistas importantes para a compreensão de suas reivindicações e dos conflitos sociais que os cercam.

O conceito de classe social é entendido aqui como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político, objetivo e subjetivo. O plano objetivo está relacionado com a posição dos agentes na estrutura econômica. Condição esta fundamental para se definir uma classe social. No entanto, uma classe só se constitui enquanto tal nos conflitos, nas lutas, no processo de mobilização política que passa pela capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Assim, ao falarmos de classes, estamos, na realidade, tratando das relações de classes.

Ao relacionarmos classes sociais e famílias, entendemos que as famílias trabalhadoras constituiriam um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho (em seus aspectos materiais e ideológicos) (Fausto Neto, 1982, p. 10). Às mulheres cabem a produção de valores de uso, na esfera privada, e aos homens fica a tarefa da produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. Assim, a família vai agindo de maneira estratégica e articulando estas duas atividades para garantir um determinado nível e modo de consumo.

Cabe destacar ainda que esta estratégia está montada sob uma divisão sexual do trabalho que é anterior ao modo de produção capitalista e que, apesar de alterações significativas, ainda é preservada.

Assim,

A família assegura o consumo de duas maneiras diversas: de um lado, colocando no mercado de trabalho alguns de seus membros, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário com o qual compram mercadorias. Na medida em que, como é comum nas famílias proletárias, as necessidades de consumo não podem ser satisfeitas apenas com o salário do chefe de família, mas exigem também o emprego da esposa ou dos filhos, a família se organiza como unidade de rendimentos, isto é, grupo no qual a formação de um coletivo através das soma de salários individuais permite assegurar um determinado padrão de consumo. De outro, o consumo é assegurado por meio de uma atividade produtiva auxiliar que se dá fora dos moldes de produção capitalista e que consiste, essencialmente, em preparar, modificar, preservar, e consertar mercadorias adquiridas no mercado de modo a adequá-las à satisfação de necessidades definidas socialmente. Cozinhar, lavar, passar, remendar, cuidar das crianças são todas atividades que não produzem mercadorias, mas que permitem sua utilização enquanto valores de uso e são indispensáveis, a curto e a longo prazo, para a reposição da força de trabalho

consumida no processo produtivo. Nesse sentido, ela é também unidade de produção (de valores de uso) (Durham, 2004: 243).

O trabalho feminino é pensado, então, como uma parte importantíssima das estratégias familiares. Deve-se, portanto, analisar-se a articulação complexa entre as esferas da produção e reprodução no seio dos grupos familiares.

Existem relações de poderes no que se refere ao gênero e à geração no interior das famílias, às quais devemos estar atentos para compreendermos o que se passa no interior do grupo familiar. “A divisão interna de papéis pode ser expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo” (Bruschini, 1989, p. 13).

Diante desta reflexão sobre famílias e relações de classes e gêneros, as ideias de Kergoat (2010), a respeito da articulação das relações sociais de sexo, classe e raça, se apresentam como algo pertinente e que podem ser, de certa maneira, aplicadas em nossa pesquisa sobre os movimentos dos sem-teto no Brasil.

Kergoat (2010) defende a tese de que as relações sociais são consubstanciais e coextensivas. Por consubstancialidade das relações sociais se entende “unidade de substância”, no sentido de que as relações sociais “formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” (Kergoat, 2010, p. 94). Dito de outra maneira: “não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo” (Kergoat, 2010, p. 100). No que se refere à coextensividade das relações sociais, o que se destaca é o dinamismo das relações sociais e o fato de tais relações se reproduzirem e se coproduzirem mutuamente.

Sobre as relações sociais de sexo, entendemos que esta conceituação, que está vinculada à ideia de divisão sexual do trabalho e relações de classes, evidencia a existência de relações entre homens e mulheres, em especial, as relações de poder e dominação³. O conceito de relações sociais de sexo rompe com qualquer naturalismo no sentido de que "as relações sociais de sexos, como o conjunto das relações sociais, não são de modo algum imutáveis" (Pfefferkorn, 2007, p. 312).

O conceito de raça, quando tratamos das relações sociais de raças, por sua vez, é utilizado aqui como categoria socialmente construída e não com um sentido biológico. Assim como Falquet (2008, p.123), entendemos que raça “reagrupa notadamente as relações de poder relacionadas à

³ O conceito de relações sociais de sexo é desenvolvido principalmente na França a partir dos anos 80. Sobre as diferenças e semelhanças entre a conceitualização de “gênero” e “relações sociais de sexos”, consultar Pfefferkorn (2007).

“cor” e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao *status legal*”. No entanto, diferentemente das pesquisadoras francesas do tema, em especial Falquet (2008) e Kergoat (2010), dispensamos o uso das aspas ao utilizar a noção de raça. Ao deixarmos claro o que entendemos pelo conceito – mesmo sabendo da sua polissemia e polêmicas –, não vemos sentido em utilizá-lo entre aspas.

Os trabalhadores sem-teto

Os sem-teto são trabalhadores muito pobres que vivem de “bicos” ou estão desempregados, e, portanto, não têm como garantir para sua família condições mínimas de existência. Alguns desses indivíduos dependem da boa vontade de parentes e amigos para terem onde morar. Muitos ainda são inquilinos, mas são constantemente ameaçados de despejo ou, ainda, moram em péssimas condições em cortiços e favelas. Há aqueles que se encontram nas ruas e albergues. Assim, a conquista de uma moradia digna torna-se como algo urgente e necessário para sua sobrevivência e de sua família.

Defendemos aqui a tese de que as famílias dos sem-teto pertencem, no plano objetivo⁴, às classes trabalhadoras e, mais especificamente, à uma camada destas classes. Camada esta que parte da literatura marxista latino-americana denomina de massa marginal⁵.

O conceito de marginalidade é utilizado aqui dentro de uma vertente histórico estrutural e se refere a um modo específico de inserção nas estruturas de produção⁶. Os trabalhadores que estão inseridos na massa marginal são os desocupados e também os que não se encontram no setor das grandes corporações monopolistas (fora do tipo dominante de organização produtiva).

A massa marginal compreende ainda os assalariados dos setores menos modernos, onde as condições de trabalho são mais rigorosas, as leis sociais têm escassa aplicação e as remunerações oscilam em torno do nível de subsistência. Os grupos marginais seriam os desempregados, trabalhador intermitente e trabalhador de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal, indústria em domicílio), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços.

Ao levantarmos algumas das principais ocupações e atividades exercidas pelos sem-teto, notamos que, de fato, a inserção dos trabalhadores sem-teto na estrutura produtiva se dá de maneira marginal.

⁴ O plano objetivo está relacionado com a posição dos agentes na estrutura econômica. Condição esta fundamental para se definir uma classe social. No entanto, como dissemos anteriormente, uma classe só se constitui enquanto classe mesmo nos conflitos, nas lutas, no processo de mobilização política que passa pela capacidade de agregar interesses e construir solidariedades.

⁵ Esta hipótese foi testada em minha dissertação de mestrado (Oliveira; 2010). E, ainda, em um outro artigo que escrevi juntamente com Carolina Filho, buscamos refletir sobre a atualidade do debate a respeito da massa marginal na América Latina (Filho; Oliveira, 2012).

⁶ Trabalhamos aqui com as ideias de dois autores muito importantes para o debate da marginalidade: o brasileiro Lúcio Kowarick (1975) e o argentino José Nun (1972, 1978, 2000).

Constatamos que muitos dos sem-teto se encontram desempregados e as principais ocupações são: pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, auxiliar de entregas, cobrador de lotação, caminhoneiro, garçom, lavador de carros, camelô, ambulante, comerciante, catador de material reciclado, ajudante geral, auxiliar de serviços gerais, mecânico, pintor de paredes, soldador, doméstica, diarista, cozinheira, garçonete, auxiliar de enfermagem, aposentada, costureira, ex-lavradora e dona de casa (Oliveira, 2010).

Grande parte da bibliografia destaca como uma das atividades principais dos sem-teto, se não a principal, a catação de materiais sólidos para reciclagem. E, como consequência, os movimentos dos sem-teto têm tido uma preocupação de garantir esta fonte de renda aos sem-teto de suas bases. Assim, muitas das ocupações acabam por reservar um espaço para que os catadores guardem estes materiais e, posteriormente, façam sua seleção.

Uma outra atividade que aparece com bastante frequência entre os sem-teto é a de vendedor ambulante, o camelô. O material que é vendido pelos sem-teto camelôs é diverso: frutas, balas, bolsas, brinquedos, etc.

Entendemos que a principal reivindicação dos movimentos dos sem-teto, a saber, a moradia, é característica das classes trabalhadoras e, mais especificamente, da massa marginal. Isto porque a reivindicação por uma moradia digna vem de trabalhadores que não têm condições de se alimentar e pagar um aluguel, trabalhadores que necessitam de políticas habitacionais eficientes (subsídio do Estado) para conseguirem ter condições decentes de moradia. Deste modo, a reivindicação dos movimentos analisados é uma reivindicação de classe.

A privação é a condição necessária para a organização dos movimentos dos sem-teto, no entanto, não é suficiente, já que muitos brasileiros não possuem moradia digna e nem por isso aderem aos movimentos sociais que lutam por esta.

Além da existência da privação de uma moradia, é fundamental que os sem-teto percebam que esta se trata de uma carência comum (e não algo individual). É, portanto, esta percepção de compartilhar uma mesma reivindicação (mesmo interesse) e entender que a participação em um movimento social – em que diversas pessoas que estão na mesma situação lutam pelo mesmo objetivo – é uma boa estratégia para conseguir o que se alcança, é isto que faz com que as bases sociais dos movimentos sejam construídas e multiplicadas.

Consequentemente, estamos tratando aqui da dimensão objetiva e subjetiva da luta por moradia. E, ainda, insistimos que, ao se desvendar a situação de classe dos membros dos movimentos dos sem-teto, podemos entender a sua reivindicação principal e, no limite, a própria razão da existência do movimento.

Assim, a partir das relações de classes, podemos entender muitos dos conflitos sociais que perpassam pela questão da moradia e pela existência dos sem-teto.

De acordo com Castells (1983), a questão da moradia está ligada a relação de oferta e demanda e, portanto, se encontra diretamente relacionada com a situação de mercado. Trata-se aqui de uma defasagem necessária entre as necessidades socialmente definidas de habitação e a produção de moradias e de equipamentos residenciais (ou a disponibilização no mercado daquelas habitações que já estão construídas).

A especulação imobiliária, por sua vez, reflete o conflito de interesses de classes. Para os proprietários, a especulação possui dupla utilidade, como destaca, mais uma vez, Castells (1983). É útil, primeiramente, porque o preço do terreno é maior que o preço do imóvel e o seu valor aumenta por causa da escassez crescente de moradia em uma determinada localização. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas sim a propriedade do terreno. A outra utilidade se dá em um contexto em que os trabalhadores urbanos mais pobres têm uma escolha limitada no que se refere à habitação, não têm condições de exigir qualidade, e, então, o proprietário tem a certeza de encontrar sempre muitos locatários para o seus imóveis (exército de reserva em relação à moradia). Diante disto, a estratégia do proprietário é simples: ele espera uma supervalorização no seu terreno para vendê-lo e, enquanto isso, vai garantindo uma renda mensal a partir do aluguel pago pelos trabalhadores pobres. O processo de supervalorização acontece, por exemplo, quando existe uma operação de renovação urbana ou construção de novos imóveis no local. Neste contexto, o trabalhador, por sua vez, paga um aluguel alto para viver em uma moradia precária.

Assim, diante destas contradições urbanas, os sem-teto reivindicam que o Estado elabore políticas habitacionais para as famílias de baixa renda de modo a garantir um direito constitucional, a saber, moradia digna a todos; denunciam a existência de milhares de imóveis vazios à espera da especulação imobiliária e lutam contra a segregação sócio espacial. Temos aqui, portanto, agentes atuando no processo político visando conquistar posições na distribuição da riqueza, temos aqui conflitos de classes e, por que não dizer, luta de classes - uma luta entre os trabalhadores sem-teto versus os capitalistas imobiliários, com a mediação do Estado.

As famílias

Bem, até aqui, definimos a base dos movimentos dos sem-teto no Brasil a partir dos trabalhadores sem-teto e demonstramos a importância de fazê-lo. No entanto, uma questão se impõe: a base social se resume aos trabalhadores? Esta é uma definição suficiente para caracterizar os sem-teto?

Acreditamos que não. É uma definição fundamental, mas não suficiente. Neste sentido, entendemos que tamanha é a precariedade da situação em que o sem-teto vive que esta condição abarca toda a sua família, a qual, por sua vez, acaba por se envolver (plenamente ou parcialmente)

na luta por moradia organizada pelos movimentos, identificando aí uma potencialidade para mudar de vida.

Entendemos que se o provedor (o ou a “chefê”) da família não consegue garantir as condições mínimas de sobrevivência para ele/ela e para seus dependentes, o sistema de proteção social brasileiro também não assegura efetivamente os direitos sociais básicos.

Assim, introduzimos em nosso estudo sobre a base social o exame das famílias. Sobre estas é importante notar que uma de suas características principais é a mutabilidade, devendo-se, portanto, evitar quaisquer naturalismos (Engels, 1975).

Em relação à estrutura familiar ou à composição do lar dos sem-teto, podemos dizer que há grande diversidade. Existem as famílias nucleares tradicionais, compostas por pais, mãe e filhos, onde o número e a idade da prole é variável. Ao lado destas famílias estão aquelas compostas por casais homossexuais. Existem também as monoparentais, geralmente chefiada por mulheres – seja elas divorciadas, viúvas ou que jamais viveram com os pais das crianças. Há, ainda, os sem-teto solteiros⁷.

A base familiar dos movimentos dos sem-teto é muito heterogênea, com a presença de crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. Esses segmentos podem ainda estar relacionados a outros, como negros, migrantes ou homossexuais, o que contribui ainda mais para a diversidade dos membros dos movimentos.

Pensando nestes entrecruzamentos ou, como discutimos anteriormente, na transversalidade das relações sociais de classes, raças e sexos, temos diversas “caminhos” para analisarmos as bases sociais dos sem-teto. Devido ao espaço restrito deste texto, trataremos, brevemente, das *mulheres (mães) trabalhadoras sem-teto negras e/ou migrantes*.

Mulheres (mães) trabalhadoras sem-teto negras e/ou migrantes

É notória a presença das mulheres nas bases dos movimentos dos sem-teto no Brasil. É comum serem elas as coordenadoras dos movimentos e as grandes lideranças das ocupações e acampamentos. Dentre as diversas explicações possíveis para a grande participação das mulheres, podemos destacar, primeiramente, como se pode esperar, a necessidade de moradia.

Sobre as mulheres sem-teto é importante destacar que em muitas famílias elas são as chefes, tanto pelo fato de não possuírem um companheiro, quanto pelo fato de serem elas as provedoras econômicas da família e, portanto, quem garante a sobrevivência dos filhos.

De acordo com Gonçalves (2003), a categoria de trabalhos não qualificados se feminiza cada vez mais. O setor terciário é gueto ocupacional feminino e a concentração é, sobretudo, no

⁷ Não negamos a existência de solteiros entre as bases dos sem-teto, no entanto, é fato que a luta por moradia no Brasil é majoritariamente uma luta familiar.

emprego doméstico. A inserção da mulher no mercado de trabalho se dá em condições precárias e de inseguranças, má remuneração e perda da proteção oferecida pela legislação. Entendemos que são essas trabalhadoras mal remuneradas e sem grande qualificação profissional, diríamos, trabalhadoras da massa marginal, que são as mulheres que participam dos movimentos dos sem-teto. Como discutimos anteriormente, a condição da classe social é fundamental para compreender a existência e a atuação dos sem-teto, no caso das trabalhadoras sem-teto isto não é diferente.

Um outro elemento que pode ajudar a entender a massiva participação das mulheres na luta pela moradia digna é a existência de uma divisão sexual do trabalho, onde, como já explicamos anteriormente, cabe à mulher garantir o processo de reprodução da família, o que inclui a questão da moradia. Diante disto, não é raro encontramos as mulheres participando das ações e atividades do movimento, muitas vezes tendo que levar os filhos nos braços, enquanto os homens (os pais) estão trabalhando.

Existe também a questão da maternidade. Muitas mulheres afirmam estar na luta por moradia, nas situações precárias das ocupações, por causa de seus filhos, como tentativa de dar uma vida mais digna para eles. É comum encontrarmos a presença de inúmeras mulheres grávidas ou com bebês, que participam das ocupações⁸.

De acordo com Macedo Filho e Regino (2007), as mulheres quando participam dos movimentos sociais podem romper com as relações de poder construídos no âmbito familiar modificando assim o seu cotidiano e os padrões morais. Dessa maneira, a participação das mulheres é quase sempre acompanhada de resistência por parte dos pais, maridos e filhos. Os autores destacam ainda que, quando as mulheres se engajam nos movimentos dos sem-teto e saem do privado para o público, elas se envolvem em novos saberes e novas relações. Muitas das mulheres sem-teto deixam, por exemplo, de utilizar o domingo para fazer as tarefas domésticas e passam a organizar e presidir uma assembleia repleta de famílias de sem-teto.

É importante notar que o processo de politização e de luta por uma emancipação feminina que pode ser semeado a partir da participação das mulheres nos movimentos dos sem-teto, não é algo que vai apenas em uma direção e em um mesmo ritmo. Há constantes “idas e vindas” e muitas das famílias sem-teto ainda são importantes reprodutoras da ordem vigente.

Um primeiro exemplo disso é a essencialização do papel materno por parte das jovens mães sem-teto. Souza (2011), ao realizar uma pesquisa somente com as mães jovens sem-teto do Movimento Sem-Teto de Salvador/Bahia (MSTS/MSTB), percebe que as crianças são encaradas como “filhos da mãe”. Em relação aos pais, estas mães esperam a tarefa de prover o sustento da

⁸ Parte da tese de Macedo Filho (2010) é dedicada ao pensamento maternal e ao maternalismo no Movimento de Sem-Teto de Salvador/Bahia.

criança. Há assim uma “naturalização dos papéis de mãe/cuidadora/privado e pai/provedor/público”.

A mãe da mãe, ou seja, a avó materna tem um papel fundamental, pois nas relações desiguais de sexo existentes, cabem às mulheres os principais cuidados e responsabilidades com os filhos. Dessa maneira,

A mãe e a avó materna são as figuras de destaque nas narrativas das jovens entrevistadas. Elas estão presentes desde o momento da descoberta da gravidez e participam da decisão em interromper ou levar a gravidez adiante. E, na sequência do parto, nos cuidados com a prole. São as chamadas redes de apoio constituídas pelas mulheres sejam do grupo familiar ou não. (Souza, 2011, p. 110).

Ainda para exemplificar as desigualdades nas relações de sexos dentro dos movimentos dos sem-teto, podemos citar o fato de que muitas das mulheres sem-teto permanecem submissas aos seus maridos, dependendo de suas permissões para poder participar das reuniões e assembleias das ocupações e outras atividades propostas pelos movimentos. O relato abaixo apresenta isto de maneira muito clara:

Ele [o meu companheiro] participa do Movimento mais do que eu, porque quando tem as reuniões é uma raridade ele deixar eu ir. Ele quer que eu fique dentro de casa olhando os meninos, ele não deixa eu sair, não tem jeito. Ele diz ‘fique aqui, vai fazer o que lá embaixo, não tem nada pra você fazer lá embaixo. Tem que ficar em casa’ E eu fico calada, porque se eu for falar alguma coisa a gente vai acabar se estranhando dentro de casa (Ametista – nome fictício de uma das integrantes do Movimento Sem-Teto de Salvador) (Souza (2011, p.103).

Uma outra observação sobre a desigualdade nas relações de sexos, consiste na divisão sexual do trabalho que, por sua vez, encontra reflexos na divisão de tarefas nas ocupações de prédios e terrenos realizadas pelos sem-teto. Geralmente, a portaria e segurança das ocupações ficam por conta dos homens, enquanto a parte da limpeza fica para as mulheres. As famosas cozinhas comunitárias, coletivas, são coordenadas principalmente por mulheres, enquanto isso, os homens são naturalmente considerados como “retraídos para a cozinha”.

Muitas das mulheres sem-teto são negras - isto é destacado principalmente entre os pesquisadores dos movimentos dos sem-teto da Bahia (Cloux, 2008; Macedo Filho, 2010; Souza, 2011). E muitas das que estão nos movimentos dos sem-teto de São Paulo e Rio de Janeiro são migrantes, geralmente mulheres da região nordeste do país. Estes elementos trazem questões importantes para pensarmos as relações sociais de raça entre os sem-teto.

De acordo com Cloux, estudioso do Movimento dos Sem-Teto de Salvador, a maioria das pessoas que estão dentro das ocupações dos sem-teto são afro-brasileiros, o que demonstraria que não há democracia racial brasileira. Ao definir os sem-teto baianos, Cloux (2008, p. 55) afirma:

Os Sem-Teto são oriundos do processo histórico de exclusão de grande parte da população, dos negros e negras, das comunidades indígenas, dos caboclos do meio rural, que foram expulsos juntos com os negros após o 13 de maio de 1888, sem qualquer direito sobre as terras em que cultivavam e criavam gado ou a qualquer assistência social ou de previdência, sem acesso à alimentação adequada, trabalho e moradia.

A diferença salarial entre brancos e negros apontam claramente que os primeiros levam vantagens sobre os segundos, isto é, os brancos, em diferentes tarefas, possuem um salário maior que os negros (Santos, 2005). No caso particular das mulheres negras, os salários delas são menores ainda.

Assim, as mulheres sem-teto negras, além de terem que enfrentar o estigma da pobreza, ainda sofrem com o preconceito racial e a dominação masculina. Entrecruzam-se aqui exploração, dominação e opressão.

Por sua vez, as trabalhadoras (muitas vezes as domésticas) sem-teto que são migrantes nordestinas ainda têm que enfrentar uma espécie de preconceito cultural por parte de alguns paulistas, que responsabilizam os migrantes pela existência dos problemas sociais (dentre eles o habitacional) da cidade de São Paulo.

Existe ainda, em pequeno número, é verdade, imigrantes latino-americanas, em especial, bolivianas, nas bases dos movimentos dos sem-teto. Isso se dá principalmente nos movimentos que atuam na região central da cidade de São Paulo, já que é neste local onde estas imigrantes encontram trabalho, os quais são, geralmente, muito precários e acontecem nas oficinas de costura.

Analisada aqui a diversidade entre os sem-teto e sua reivindicação principal (a moradia), passemos para a análise de sua forma de luta mais característica, a saber, as ocupações de imóveis e terrenos.

II. Ocupações: a ação direta dos movimentos dos sem-teto

É importante que fique claro que diferentes métodos de luta são utilizados pelos movimentos dos sem-teto, a saber, ocupações de imóveis e terrenos vazios, passeatas, atos públicos, “trançaços” (fechamento) de rodovias, acampamento em frente às prefeituras, secretarias ou

instituições ligadas à questão habitacional, participação em espaços institucionais, como os conselhos municipais de habitação, entre outros. A ação a ser realizada pelos movimentos é selecionada de acordo com seus objetivos, orientações político-ideológicas e a própria conjuntura política.

Os movimentos dos sem-teto, no Brasil, atuam principalmente nas grandes cidades e realizam ocupações tanto em grandes terrenos baldios localizados, geralmente, nas periferias, quanto em edifícios vazios nas regiões centrais das cidades. Existem movimentos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo, que atuam especificamente nas periferias das cidades. Há ainda outros, como o Movimento Sem-Teto de Salvador/Bahia, que realizam ocupações por todas as partes da metrópole. E existem os movimentos que se dedicam exclusivamente às ocupações na região central das cidades e, por isso, lutam pelo direito à moradia, mas também pelo “direito ao centro”, no sentido de usufruir de toda a infra-estrutura já disponível neste espaço, como por exemplo, maiores possibilidades de trabalho, escolas para as crianças, lazer, etc.

A realização de ocupações de terrenos urbanos e prédios vazios não é algo novo e tampouco exclusivo dos movimentos dos sem-teto, no entanto, estes movimentos inovam, em meados dos anos 1990, quando passam a organizar estas ocupações de maneira articulada e amplamente coordenada (Neuhold, 2009).

Antes de realizar a ocupação, a coordenação dos movimentos preocupa-se em produzir um mapeamento do local a ser ocupado, levantando, inclusive, a situação jurídica do imóvel e informações sobre o proprietário deste. Tudo isso é feito sob um grande sigilo para evitar que qualquer informação escape e possa vir a frustrar a realização da ocupação.

Dentro deste mapeamento do local, está incluída a análise e percepção das necessidades de moradia pelas famílias do próprio bairro onde se localizará a futura ocupação. Isso porque se a ocupação acontece em um bairro onde o problema habitacional é grande, tal ocupação terá maiores chances de agregar mais pessoas em seu interior e aproximá-las do movimento, forjando, assim, novos militantes.

Os imóveis urbanos que são escolhidos para a realização das ocupações não cumprem a sua função social e, geralmente, não têm seus impostos pagos há muitos anos, portanto, possuem uma situação irregular e de inadimplência.

Os movimentos dos sem-teto elaboram, cada qual a seu modo, estatutos internos que estabelecem diretrizes para a participação nas atividades do movimento e também regras gerais para se conviver nas ocupações, como as divisões de tarefas (limpeza, cozinha, segurança, etc.). Cada ocupação, por sua vez, possui diferentes coordenações e assembleias constantes que deliberam sobre as questões do seu dia a dia.

Os nomes das ocupações são dados de maneiras diversas pelos movimentos. Existem aqueles movimentos que nomeiam às ocupações de acordo com os nomes das ruas onde se localizam os prédios ocupados, por exemplo, Ocupação do Ouvidor, localizado na rua homônima, Ocupação Presidente Wilson, que fica na avenida de mesmo nome.

Já existem outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), em São Paulo e no Rio de Janeiro, que possuem uma grande preocupação em politizar a sua base e a nomenclatura de suas ocupações já sinalizam isso. As ocupações recebem nomes de revolucionários, tais como Anita Garibaldi, Santo Dias, Rosa Luxemburgo, estes são nomes de ocupações localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro os exemplos de ocupações são: Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras. No processo de entender o nome da ocupação, os sem-teto trocam conhecimentos a respeito dessas personalidades e refletem sobre revoltas históricas e a possibilidade de contestação ao sistema vigente, ampliando e aprofundando temas importantes para a politização do militante.

Existem ainda aqueles movimentos, como o Movimento Sem-Teto de Salvador/Bahia (MSTS), em que os nomes das ocupações se referem aos proprietários ou ao negócio que funcionava no imóvel ocupado, por exemplo, Ocupação IPAC I, IPAC II, tratando-se de prédios pertencentes ao Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), ou ainda, “Ocupação da Tóster”, referência ao prédio da antiga fábrica de tecidos do mesmo nome.

Ocupar ou não?

Curiosamente, encontramos uma resistência em relação à realização das ocupações tanto entre os setores mais conservadores da sociedade capitalista, quanto entre os próprios sem-teto.

Alguns setores da sociedade dizem que o método de luta da ocupação é algo retrógrado e autoritário. Afirma-se que, em tempos de democracia, outros métodos deveriam ser empregados, como por exemplo, os mais institucionalizados.

Alguns governantes e gestores da área habitacional apontam as ocupações como uma espécie de “fura-fila” das pessoas que, “civilizadamente”, fazem suas inscrições nos programas habitacionais para conquistarem a tão sonhada casa própria e aguardam, durante anos, para serem atendidas.

É muito comum também encontrarmos uma resistência inicial entre as famílias que chegam aos movimentos no que se refere à participação nas realizações de ocupações. Aparece aqui o pensamento de se estar fazendo algo errado e ilegal. É interessante notar que muitos dos sem-teto que se recusam a realizar as ocupações o fazem por defenderem o direito à propriedade privada.

A pesquisa de Tatagiba, Paterniani e Trindade (2011, p. 411) aponta que 32% dos entrevistados (militantes dos movimentos de moradia do estado de São Paulo) são contrários a realização de ocupações⁹. As justificativas para esta posição são: por ser algo perigoso e violento e devido ao medo da repressão policial (34%), pelo desrespeito à propriedade privada (25,5%), porque colocaria a opinião pública contra o movimento (17%) e por se tratar de uma ação radical e sempre se deve buscar primeiramente o diálogo (4,3%).

Por outro lado, a maioria dos militantes sem-teto entrevistados (57,8%) se declara favorável às ocupações e:

49,4% justificaram sua posição afirmando que a ocupação é instrumento político legítimo e eficaz para pressionar o governo a garantir os direitos dos cidadãos e chamar atenção de outros setores da sociedade para os problemas concernentes a moradia. “São necessárias para abrir negociação, como as greves nas fabricas”, foi uma das respostas que ouvimos. Já para 27,3% dos entrevistados favoráveis a ocupação, o argumento principal foi de natureza pragmática: há na cidade de São Paulo muitos imóveis ociosos e, ao mesmo tempo, pessoas precisando de moradia (Tatagiba, Paterniani e Trindade, 2011, p. 411).

Percebe-se então que, muitos dos sem-teto, ao ingressarem nos movimentos de moradia devido à necessidade de encontrar um local para morar dignamente com sua família, acabam por romper com morais e ideais que estão no seio da sociedade capitalista, como é o caso do direito à propriedade privada. Ora, se existem muitos imóveis vazios por que mantê-los assim se existem milhões de pessoas precisando de moradias? Os movimentos dos sem-teto passam a debater a sua reivindicação por moradia em torno da lei também: qual é o mais legítimo dentre os direitos: o direito à propriedade privada ou direito social à moradia? Qual deles o Estado deve se empenhar em garantir? Como fica a previsão da Constituição brasileira e do Estatuto da Cidade de que toda propriedade deve cumprir uma função social (ou seja, todo imóvel deve ter um uso e não ficar vazio, subutilizado ou abandonado)?

A partir de nossa pesquisa, foi possível verificar que o entendimento que os coordenadores e lideranças dos diferentes movimentos dos sem-teto possuem sobre as ocupações, sua importância e destino também é diferenciado.

De um lado, temos lideranças de movimentos que entendem que a ocupação é algo fundamental já que pode solucionar, mesmo que de maneira paliativa, a necessidade urgente dos

⁹ Embora esta pesquisa trate apenas de um conjunto de movimentos do estado de São Paulo, e nossa discussão ambiciona aqui tratar dos movimentos dos sem-teto em nível nacional, consideramos importante citá-la para trazer algumas indicações sobre o tema.

sem-teto e, além disso, são importantes instrumentos para pressionar os governos a elaborarem políticas habitacionais efetivas.

Aparece ainda, uma outra razão para justificar as ocupações – razão esta mencionada, geralmente, por lideranças que buscam politizar o debate e travar lutas sociais que ultrapassem a questão da moradia. Para algumas lideranças, as ocupações também podem ser vistas como local onde se tem um fecundo trabalho de base com os sem-teto e potencialidade de construção de uma coletividade com novos valores e ideologias. Entende-se aqui que é no dia a dia das ocupações que os sem-teto vão se conscientizando da gravidade do problema habitacional e vão percebendo que este não é um problema individual, mas é algo social e que deve ser visto de uma maneira mais ampliada. Com isto, vai se construindo, em alguns casos, uma identidade fortalecida entre os trabalhadores sem-teto o que tende a influenciar nas lutas sociais.

Por outro lado, existem lideranças que apontam os problemas e inconvenientes das ocupações de modo a sinalizarem que tal método de luta não é muito eficiente e que, portanto, não deveria ser utilizado. Assim, por exemplo, ao invés das ocupações estratégicas, o movimento poderia realizar com mais frequência ocupações táticas (aquelas que geralmente duram poucas horas e servem para pressionar os governos e não para os sem-teto ali morarem) e investir mais em outras ações, tais como as manifestações de rua.

Vejamos alguns depoimentos:

[...] nós tivemos várias experiências concretas de ocupar e depois, assim, transformava aquilo num verdadeiro carma na vida da gente. Porque, por exemplo, a [ocupação] Nove de Julho, que ficou ocupada ali um bom tempo. Aí as pessoas não conseguiam pagar a conta de água, as pessoas não conseguiam pagar conta de luz e cada vez que não conseguiam, vinham, cortavam e a gente tinha que ficar lá o tempo todo, fazendo conta, fazendo conta, para ver o quanto chegava para conseguir pagar. E, por outro lado, assim, a gente percebia que morar todo mundo naquele prédio, duas, três famílias [dividindo o mesmo cômodo], cozinhar conjuntamente e fazer tudo conjuntamente, estava construindo mais um cortiço, e por isso chegamos à conclusão de não ocupar para ficar e sim pra reivindicar e negociar (Coordenadora da UMM: depoimento, 2005).

[...] porque viver em ocupação é viver sem dignidade, é ser sofrido, é mais um cortiço, só com a diferença que é cortiço vertical. [...] Por isso é que surgiram as primeiras ocupações, porque a gente vivia indignado de ver aquele povo morando em cortiço... é vida desumana, ali é uma vida triste. Só que nas ocupações não tem muita diferença, gente! A diferença é que eles [os integrantes do

movimento que vivem nas ocupações] não são explorados (Coordenadora do MMC: depoimento, 2005).

In: Estes dois fragmentos de entrevistas estão em Neuhold, 2009, p. 89-90.

Estas concepções distintas a respeito das ocupações refletem que, apesar de estas serem um dos métodos mais importantes de luta por moradia, elas não representam consenso entre os sem-teto no que se refere a sua realização e aos seus desdobramentos.

A nosso ver ainda, as diferentes posições apresentadas apontam para a existência de uma heterogeneidade nas orientações político-ideológicas das lideranças e dos próprios movimentos. Isso porque, por exemplo, enquanto algumas lideranças enxergam nas cozinhas coletivas a possibilidade de maior integração, solidariedade e socialização entre os sem-teto, o que pode vir a construir uma coletividade com novos valores de vida; por outro lado, existem lideranças que assemelham as cozinhas coletivas com as cozinhas degradantes dos cortiços brasileiros e que, portanto, não deveriam existir.

Ocupar por necessidade

Como apontamos na primeira parte deste texto, as famílias dos sem-teto pertencem ao que chamamos de massa marginal e que, por isso, possuem uma renda mensal muito baixa o que interfere diretamente na lógica de consumo e estratégias de vida. Dessa maneira, muitas das famílias sem-teto vivem no dilema entre comer ou pagar o aluguel.

Diante disso, a participação nos movimentos dos sem-teto se apresenta como uma estratégia para se obter uma moradia digna no futuro. Mas não apenas isso. Muitas das famílias de sem-teto não têm onde morar e, por isso, a necessidade de uma moradia é algo urgente que precisa ser suprida imediatamente.

Assim, a vida dos sem-teto melhora tanto no sentido imediato, quando a família sai da rua, por exemplo, e vai para uma ocupação de sem-teto onde pode, juntamente com os outros, ter acesso a alimentos e roupas vindos de doações; quanto ao longo prazo, pois quando esta família se envolve de fato no movimento pode vir a conquistar a sua moradia definitiva.

Ora, entendemos, então, que, apesar de toda a polêmica em relação às ocupações, os sem-teto favoráveis a estas (e que são a maioria) apresentam-nas como um método de luta que é capaz de acomodar rapidamente um grande número de famílias sem-teto de modo a suprir a necessidade emergencial de moradia. Assim, opção pela ação direta expressa o intento de resolver o problema “com as próprias mãos”.

As ocupações se apresentam também como meios importantes de pressionar o poder público para a elaboração e efetivação de políticas habitacionais para a população de baixa renda, ou seja, a cobrança de uma solução definitiva para as famílias sem-teto.

Em concordância com esta posição, um conceito pertinente para ser utilizado na análise é o de “ilegalidade setorial”, trabalhado pela literatura francesa sobre os movimentos sociais, especialmente por Cécile Péchu (2006, 2010).

De acordo com Péchu (2006), as “ilegalidades setoriais” se referem às ações, tidas como ilegais, que são praticadas por um movimento social de modo a possibilitar, em certa medida, o atendimento imediato da reivindicação proposta pelo movimento e, ao mesmo tempo, colocá-la em evidência. O complemento “setorial” é dado em decorrência de que a ilegalidade está em relação direta com as reivindicações específicas do movimento e se limita a esta esfera, a este setor. Por exemplo, no caso dos sem-teto, temos a questão das ocupações dos imóveis que soluciona o problema urgente da moradia; ou ainda, no caso dos desempregados, a apropriação ilegal de mercadorias nos supermercados para saciar a fome daqueles trabalhadores que não podem comprar alimentos porque não possuem dinheiro, já que estão desempregados.

Diante desta reflexão, uma hipótese que poderia ser testada, futuramente, é a de se os movimentos de urgência (sem-teto, sem-terra, sem-trabalho), no Brasil, se utilizam de ações diretas que podem ser definidas como « ilegalidade setorial ».

III. Os movimentos dos sem-teto frente à cena política dos anos 2000

O modelo capitalista neoliberal pode ser sucintamente definido como uma pressão dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e também como uma ordem social resultante de uma luta de classes que objetiva assegurar o poder e a renda das classes capitalistas (Boito Jr., 1999, 2012 (b); Duménil e Levy, 2006). Trata-se do “restabelecimento da hegemonia da finanças, isto é, frações superiores das classes capitalistas e instituições financeiras” (Gerard Duménil; 2007, p. 185-186).

Assim, diferentes medidas são adotadas para garantir esta nova ordem social. Podemos destacar três delas, consideradas como pilares da plataforma política neoliberal: abertura comercial e desregulamentação financeira; privatização de empresas e de serviços públicos; e desregulamentação das relações de trabalho e supressão dos direitos sociais (Boito Jr, 1999).

Ao fazermos um balanço geral, podemos dizer que os impactos das políticas neoliberais são muito negativos para grande parte das classes trabalhadoras brasileiras. Houve redução de políticas e direitos sociais; aumento da precarização do trabalho e do desemprego e, em alguns casos, queda do valor dos salários; privatização de empresas estatais e de serviços sociais; aumento dos preços

dos imóveis e dos valores dos aluguéis e aumento do déficit habitacional, tanto quantitativo quanto qualitativo.

É neste contexto, nos anos 1990, que os movimentos dos sem-teto ganharam grande visibilidade e ampliaram significativamente suas bases sociais. Houve intensificação da luta por mais políticas habitacionais de interesse social em um momento em que a orientação geral dos governos era de redução das políticas sociais. Assim, defendemos que os movimentos dos sem-teto (talvez, os movimentos de urgência em geral) se apresentam, de certo modo, como resultado e reação ao modelo de capitalismo neoliberal.

Nos anos 2000, a disputa entre um projeto político neoliberal ortodoxo e um neodesenvolvimentista impactou as políticas econômicas e sociais brasileiras.

Seguindo a definição de Boito Jr., entendemos que o neodesenvolvimentismo é um “programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.” (Boito Jr., 2012 (b)). Nas palavras do autor, seria “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”.

Para as classes trabalhadoras, em especial para os sem-teto, dentre as consequências mais importantes desta disputa estão a diminuição do desemprego e do déficit habitacional nacional, o crescimento das políticas sociais compensatórias, como o programa Bolsa Família, e a implantação de uma “nova” política habitacional federal voltada para as famílias de mais baixa renda, o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Desta maneira, podemos afirmar que, em certa medida, os governos Lula como e Dilma (governos federais petistas) são governos que “moderaram” os efeitos negativos do modelo do capitalismo neoliberal no que respeita às condições de vida dos trabalhadores.

Seguindo ainda a reflexão de Boito Jr. (2012 (a)(b)), ao longo dos anos 2000, consolidou-se uma frente política desenvolvimentista, integrada por diferentes classes e frações de classes sociais. Esta frente representa prioritariamente os interesses da burguesia interna brasileira (grandes empresas de diferentes setores da economia), no entanto, o programa neodesenvolvimentista contempla alguns interesses das classes trabalhadoras.

Para Boito Jr. (2012 (a)), “os trabalhadores tendem a apoiar a frente neodesenvolvimentista devido a melhorias reais que obtiveram no emprego, no salário, na política de assistência social (bolsa família, auxílio de prestação continuada) e, no caso dos pequenos proprietários rurais, no crédito agrícola”.

Assim, buscamos verificar qual é o posicionamento dos movimentos dos sem-teto diante deste dita frente política neodesenvolvimentista.

Entendemos que este momento é lido de diferentes maneiras pelos movimentos dos sem-teto brasileiros já que, como defendemos, há uma heterogeneidade em suas orientações político-ideológicas.

Existem movimentos que, se nos anos 1990 faziam duras críticas aos governos de Fernando Henrique Cardoso, destacando o caráter neoliberal das políticas implantadas naquela ocasião, hoje, apresentam críticas mais brandas (se assim podemos dizer) aos governos federais petistas (do Partido dos Trabalhadores) e apoiaram ao longo desta última década as candidaturas de Lula e Dilma, ambos eleitos presidentes do Brasil. É importante que fique claro que estes movimentos seguem realizando ocupações e reivindicando moradias sociais para os sem-teto.

Há outros movimentos que realizavam forte oposição às políticas neoliberais dos anos 1990 e seguem com duras críticas aos governos petistas, embora marquem a existência de diferenças entre os governos federais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Estes movimentos se encontram muito mobilizados e reivindicam mudanças substantivas na política habitacional federal “Minha casa, minha vida”, de modo que esta beneficie mais a população de mais baixa renda e os sem-teto e deixe de atender majoritariamente os interesses das grandes construtoras.

Dentre os movimentos que se colocam na luta contra o capitalismo neoliberal, são raros os que apresentam também um discurso anticapitalista. Neste sentido, podemos apresentar a singularidade do objetivo mais amplo e ambicioso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que busca, ao organizar os trabalhadores sem-teto, contribuir para a organização das classes trabalhadoras e sua politização para que, no futuro, se tenha uma grande transformação social.

Completando ainda o panorama da diversidade de orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto, mencionamos a existência de alguns movimentos que lutam exclusivamente por moradia e não associam esta luta à uma luta contra o modelo neoliberal de capitalismo.

A fim de sistematizar as diferenças entre os movimentos dos sem-teto, poderíamos dizer que, de um lado, e aqui se localiza a imensa maioria dos movimentos, temos uma luta dirigida a todos que têm habitações precárias, ou seja, o problema habitacional é posto no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional eficaz.

De outro lado, estariam os (poucos, talvez, apenas o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) movimentos dos sem-teto que entendem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco no poder vigente tal política não mudará. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

Isso não significa que o movimento por si só, ou seja, o movimento isoladamente busca travar essa luta pelo poder. O que estamos querendo dizer é que, os militantes deste movimento veem na luta pela moradia uma possibilidade de organização de uma fração das classes trabalhadoras e politização dessa, para que, juntamente com as outras frações possam lutar e conquistar o poder, que tem como lócus privilegiado o Estado.

IV. Considerações finais

Após toda esta reflexão, entendemos que uma das principais contribuições de nossa pesquisa é a de que a tese marxista sobre a importância e necessidade da análise das classes sociais para a compreensão dos movimentos sociais continua válida para a análise dos movimentos dos sem-teto no Brasil. Isto é polêmico em um contexto em que grande parte dos estudos e, principalmente, daquilo que se convencionou chamar de “mainstream”, aponta para a pouca pertinência, ou até mesmo a superação de conceitos tais como *relações de classes* ou *conflito entre capital e trabalho* para se estudar os movimentos sociais no século XXI.

Se nossa pesquisa apontou que esta é uma análise necessária e até mesmo fundamental, também, por outro lado, demonstrou que ela não é suficiente. Assim, introduzimos na análise dos sem-teto outros conceitos como o de famílias e a ideia de consubstancialidade das relações sociais de classe, gênero, raça.

Dentro dos limites deste artigo, buscamos refletir sobre as bases sociais dos movimentos dos sem-teto brasileiros. Primeiramente, e mais evidente, constatamos que a base é composta por *sem-teto*, ou seja, são pessoas que estão privadas de uma moradia decente.

Depois, ao analisarmos as condições dos sem-teto, entendemos que o provedor (“o chefe”) da família não consegue garantir as condições mínimas de sobrevivência pra ele e tampouco para seus dependentes. Assim, tamanha é a miséria da família que todos os seus membros se envolvem na luta pela subsistência, no caso, na luta organizada pelos movimentos dos sem-teto.

Dessa maneira, devemos falar de *famílias*. Utilizamos o plural para representar a diversidade (no sentido amplo) existente entre as famílias que estão na base do movimento. Um primeiro sentido da diversidade se refere à sua estrutura: família monoparental, casais com muitos filhos, jovens casais sem filhos, jovens casais hetero ou homossexuais, etc. Diversidade também de raças: famílias brasileiras predominantemente, mas existem também as famílias de imigrantes; no sudeste do Brasil, famílias migrantes nordestinas; famílias negras e famílias brancas.

As famílias e os movimentos dos sem-teto também se apresentaram como lócus privilegiado para a análise das relações de gênero. Por exemplo, verificamos que nas ocupações a divisão sexual do trabalho permanece e a dominação masculina também.

Apesar da pluralidade das bases dos movimentos, existem, no entanto, elementos que as unem e as definem e, como verificamos, isto está na classe social: são todos trabalhadores sem-teto.

Assim, insistimos na ideia de que a base social é composta por *famílias de trabalhadores sem-teto*: famílias (plurais) de trabalhadores (aqueles trabalhadores mais precarizados com uma inserção marginal nas relações de produção) sem-teto (privados de moradia).

Em relação às ocupações, demonstramos que, apesar de elas serem reconhecidas como um dos principais métodos de luta, muitos setores sociais questionam a sua legitimidade, já que, em uma sociedade capitalista, o direito à propriedade privada é encarado como intocável, mesmo que, para isso, o Estado deixe de garantir o direito à moradia para sua população. Constatamos que as ocupações são vistas com receio até mesmo por parte dos sem-teto, principalmente aqueles que estão há pouco tempo no movimento ou, ainda, por lideranças que buscam se dedicar ao desenvolvimento de outros métodos de luta. No entanto, uma grande parte dos sem-teto entende que este é um método de ação legítimo e que tem atendido às expectativas dos movimentos no que se refere à chamar a atenção do governo para o problema e ao atendimento da reivindicação principal: a moradia.

Destacamos ainda que, um dos principais fatores que garantam às ocupações o status de importante método de luta ao movimento, trata-se do fato de que a ocupação, ela mesma, já responde, mesmo que de maneira provisória (é importante lembrar disto), à reivindicação dos sem-teto. Neste sentido, consideramos de extrema pertinência o conceito de “ilegalidade setorial” forjada por Péchu (2006; 2010).

Por fim, defendemos a tese de que existe uma heterogeneidade nas orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto brasileiros. Em decorrência disto, as visões dos movimentos, sendo cada qual coerente com sua orientação política, se diferenciaram umas das outras ao analisar a cena política dos anos 2000.

V. Bibliografia Citada

- AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Letra, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BOCHICCHIO, Silvia. *Movimento dos Sem-Teto de Salvador: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- BOITO JR., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Editora Xamã, 1999.
- _____. “Neoliberalismo e relações de classes no Brasil” In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, p.13-48, 2002.

- “A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar”. (Entrevista). In: *Brasil de Fato*. 09/04/2012. 2012 (a) Disponível em: <http://www.brasiledefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est-%C3%A1-em-cri-se-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D>. Acessado em maio de 2012.
- “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. In: *Fórum Econômico da FGV / São Paulo*. 2012 (b). Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acessado em junho de 2015.
- BRUSCHINI, C. “Uma abordagem sociológica da família”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. V. 6 n.1. São Paulo, 1989. p.1-23. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf. Acessado em: outubro de 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CLOUX, Raphael Fontes. *MSTs: a trajetória do Movimento dos Sem Teto de Salvador/Bahia*. Salvador: Ed. do autor, 2008.
- DUMÉNIL, Gerard. “Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo”. (Entrevista concedida a Paula Marcelino e Henrique Amorim). In: *Lutas Sociais*, nº 17/19. São Paulo, 2007.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “Une théorie marxiste du néolibéralisme”. *Actuel Marx*. Fin du néolibéralisme? Paris: PUF, no 40, pp.24-29, 2006.
- DURHAM, E. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1975.
- FALQUET, Jules. “Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal”. In: *Mediações*. v. 13, n.1-2. Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.
- FAUSTO NETO, A M Q. Fausto. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1982.
- FILHO, Carolina F.; OLIVEIRA, Nathalia C. “Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais”. In: *Anais do VII Colóquio Marx e Engels*. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6341_Filho_Carolina.pdf. Acesso em julho de 2012.
- GALVÃO, Andréia. GALVÃO, A. “Marxismo e movimentos sociais”. In: *Crítica Marxista*, nº32. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 2ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. In: *Novos Estudos*. Nº86. Março de 2010.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MACEDO FILHO, Renato. *Onde mora a cidadania? Visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto – Salvador/BA*. (Doutorado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo). Salvador: Faculdade de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- MACEDO FILHO, Renato; REGINO, Fabiane Alves. *Onde mora a cidadania? visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto – Salvador/BA*. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007.

- MIRANDA, Luiz César dos Santos. *Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2008.
- MOURIAUX, René. “Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje. In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 150-170, 2002.
- NEUHOLD, Roberta dos R. “Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo”. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: 2008. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/robertadosreis.pdf>. Acesso em maio de 2009.
- _____. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____. “Marginalidad y otras cuestiones”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4. ELAS-ICIS, Santiago, p.366-398, 1972.
- _____. “O futuro do emprego e a tese da massa marginal”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 56. São Paulo, p.43-62, 2000.
- OLIVEIRA, Elaine F. de. *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito à cidade*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, Nathalia C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- PFEFFERKORN, Roland . *Inégalités et rapports sociaux. Rapports de classes, rapports de sexes*. Paris: La Dispute, 2007.
- PINHEIRO, Jair. “As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos”. In: *Lutas Sociais*, nº17/18. São Paulo: 2006 e 2007.
- PÉCHU, Cécile. *Les Squats*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
- _____. « Les sans-logis ». In: CRETTEZ, Xavier et SOMMIER, Isabelle. *La France rebelle*. Paris, Michalon, 2006.
- RAMOS, Diana H. *A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 48, nº1. Rio de Janeiro: 2005.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. “Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo”. In: *Opinião Pública [online]*. 2012, vol.18, n.2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007. Acessado em junho de 2014.